

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
(X) Gestão do Contrato	

RISCO 01 – Atraso e morosidade na tramitação do processo		
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (x) Médio () Alto	
Id.	Dano	
1.	Perda de prazos administrativos.	
2.	Risco de prescrição de créditos.	
3.	Atraso na recuperação dos valores pelos municípios.	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Estabelecer cronograma macro na ARP.	Consórcio
2.	Disponibilizar tempestivamente documentos e sistemas locais.	Município Contratante
3.	Organizar reuniões de alinhamento e lembretes de prazo.	Município Contratante
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Reprogramação local das etapas diante de atrasos.	Município Contratante
2.	Solicitação de força-tarefa da contratada para dar celeridade às etapas críticas.	Município / Contratada
3.	Registro formal de atrasos imputáveis ao Município ou à Contratada.	Município (fiscal)

RISCO 02 – Glosas, indeferimentos ou insucesso na recuperação de créditos		
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id.	Dano	
1.	Perda de valores potenciais.	
2.	Necessidade de retrabalho.	
3.	Redução da economicidade da contratação oeração de créditos.	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Saneamento prévio das bases e cálculos.	Contratada
2.	Validação dos dados municipais (folhas, lançamentos, cadastros).	Município Contratante
3.	Conferência e aceite dos relatórios antes dos protocolos.	Município (fiscal)
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Reapresentação dos protocolos com ajustes técnicos.	Contratada
2.	Fornecimento de novas informações/correções.	Município Contratante
3.	Acompanhamento intensivo de glosas.	Município Contratante

RISCO 03 – Falhas na integridade e confiabilidade de dados fornecidos pelos Municípios
--

Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (x) Médio () Alto	
Id.	Dano	
1.	Cálculos incorretos.	
2.	Protocolos indevidos ou insuficientes.	
3.	Necessidade de retrabalho e atraso no resultado.	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Auditoria e saneamento de bases.	Contratada
2.	Envio correto e completo de documentos municipais.	Município Contratante
3.	Treinamento dos fiscais e equipes locais.	Município (com apoio da Contratada)
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Solicitar dados complementares e retificação.	Município Contratante
2.	Recalcular rubricas afetadas.	Contratada
3.	Registrar inconsistências e ajustar prazos.	Município Contratante

RISCO 04 – Risco de violação de dados (LGPD e sigilo fiscal)		
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (x) Médio (x) Alto	
Id.	Dano	
1.	Vazamento de dados sensíveis.	
2.	Penalidades administrativas e legais.	
3.	Prejuízos à imagem do Município/Consórcio.	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Exigir políticas de segurança e criptografia.	Consórcio
2.	Controlar acessos e autorizações internas.	Município Contratante
3.	Treinamento da contratada para proteção e sigilo.	Contratada
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Comunicação imediata de incidente de segurança.	Município / Contratada
2.	Abertura de auditoria interna.	Município Contratante
3.	Aplicação de sanções contratuais.	Consórcio

RISCO 05 – Execução contratual insatisfatória pela contratada		
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (x) Médio () Alto	
Id.	Dano	
1.	Redução da qualidade técnica das entregas.	
2.	Atraso ou insuficiência dos resultados.	
3.	Insatisfação dos Municípios aderentes.	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Definir prazos e SLAs no contrato/ARP.	Consórcio

2.	Fiscalização direta das entregas.	Município Contratante
3.	Reuniões periódicas de acompanhamento.	Município / Contratada
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Solicitar reforço de equipe ou correção técnica.	Município Contratante
2.	Glosas de valores e notificações.	Município Contratante
3.	Aplicação de sanções e possível rescisão.	Município Contratante

RISCO 06 – Baixa adesão dos Municípios à ARP ou subutilização do contrato		
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (x) Médio () Alto	
Id.	Dano	
1.	Redução da economia de escala.	
2.	Subaproveitamento da ARP.	
3.	Perda da eficiência do modelo consorciado.	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Divulgação e orientação técnica aos municípios.	Consórcio
2.	Disponibilização de cartilhas, POPs e fluxos.	Consórcio
3.	Apresentações técnicas da contratada aos municípios.	Contratada
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Reorientação dos gestores municipais.	Consórcio
2.	Oficinas práticas com municípios resistentes.	Contratada
3.	Monitoramento de adesão e reporte periódico	Consórcio

Além dos riscos acima descritos, faz-se necessária a inserção da cláusula que condicione a recuperação dos créditos municipais junto à União à prévia homologação pela Receita Federal do Brasil ou ao trânsito em julgado de decisão judicial tendo por finalidade assegurar a higidez, a legalidade e a definitividade dos valores restituídos.

Tal exigência é medida de prudência administrativa e de segurança jurídica, uma vez que impede a restituição ou compensação de créditos que ainda não tenham sido devidamente reconhecidos de forma definitiva pela autoridade competente. Sem essa previsão, haveria o risco de devolução indevida de recursos públicos, baseada em créditos meramente presumidos, controvertidos ou sujeitos a revisão administrativa ou judicial.

Ao subordinar a restituição à homologação da Receita Federal ou ao trânsito em julgado, garante-se que o crédito municipal somente será efetivado após a confirmação da sua legitimidade e exatidão, evitando duplicidades, erros de cálculo ou indevidas renúncias fiscais. Dessa forma, a cláusula preserva a integridade das finanças públicas municipais, promove a observância do princípio da legalidade tributária e reforça a responsabilidade fiscal dos entes envolvidos.



Divinópolis/MG, 26 de novembro de 2025.

Luan Henrique Arantes Pereira
Coordenador de Programa